

GOVERNO DO ESTADO: PROVEDOR INFIEL

A UERJ está vivendo seu inferno astral iniciado no governo Anthony, ampliado no governo Benedita e culminado no governo Rosinha Reprovada. No intervalo de 6 anos, de 1999 até 2004, todos vitimados por inflações de maior ou menor vulto, os trabalhadores só arrancaram um reajuste, sofridamente, em 2001 e o atual governo não admite negociar reajuste antes de 2005.

Não é à-toa que os trabalhadores, atormentados, vivem os sucessivos pesadelos dos conflitos, internos e externos, seja para a recomposição dos salários, seja para o sonogado recebimento do 13o. salário, seja para aprovar o seu plano de carreira sempre adiado. O 13o. salário de 2002 só foi liberado no final de 2003 após provocar e atravessar uma greve no entorno dos 100 dias. A atual greve dos servidores já ultrapassou a marca dos 100 dias e permanece com prazo indeterminado.

Neste meio tempo, o governo Rosinha Reprovada embarcou na "Reforma da Previdência" —proposta e imposta pelo governo Lula—precipitando o desconto dos aposentados e ultrapassando o limite constitucional permitido pelo Supremo Tribunal Federal (sic), sendo, hoje, devedor aos aposentados da quantia descontada em excesso.

Agora, pegando carona nas eleições para prefeitos dos municípios, intencionando proveito político, propaga a absurda criação de uma nova universidade estadual, na zona oeste do mesmo município em que está sediada a UERJ, uma das maiores universidades estaduais do país. A desfaçatez é avultada porque a medida colide com o estabelecido no Art 308 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro — à qual a governadora deve a mais estrita obediência - e que determina, para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que a interiorização se fará obrigatoriamente através da UERJ (transcrição do artigo na página da Asduerj).

Afora a inconstitucionalidade - facilmente eliminável por emenda constitucional, como virou moda no país - este mesmo município abriga ainda três universidades federais sendo uma delas a maior dentro toda do Brasil.

Além disso tudo, tal fato não é somente absurdo pelos aspectos político e jurídico; ele é inadmissível, porquanto o governo publicamente confessa não poder garantir o integral financiamento das duas universidades estaduais existentes com a atual arrecadação do Estado —ambas estão com os seus servidores em

greve motivadas pela deficiência dos financiamentos. A proposta viaja no dorso da ilegalidade amparada por dissimulada irresponsabilidade.

Neste clima de dissimulação transita o titular da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) assinando matérias na imprensa e distribuindo entrevistas para apresentar o governo reprovado como provedor sem jaça das universidades do Estado. Na última entrevista anunciou a criação de 20 vagas para concurso de professor da UERJ, divididas em dois blocos de 10, provocando intenso zumzumzum de estranheza.

O que levaria a governadora a criar vagas, além do mais extemporâneas - preciosas, como todas as vagas - desobrigadas do cumprimento das normas universitárias vigentes? O secretário acrescentava que 10 delas seriam para a Faculdade de Educação (EDU) e outras 10 para os campi no interior. Complicação aumentada porque o interior não foi definido, com suas respectivas cotas, como se impõe.

Nota do secretário esclarece que são 10 vagas "para a Faculdade de Educação da UERJ, que vem tendo importante participação no programa de Educação a Distância (CEDERJ)...". A perplexidade cresce à vista da disparatada afirmação: "estas vagas são alocadas para atendimento dos Cursos de Pedagogia e dos Cursos de Licenciatura do Cederj e que estão sob a responsabilidade da UERJ". Esta é parte da exposição do secretário, à governadora do Estado, justificando a criação das 20 vagas.

Em resumo, as vagas são para o consórcio Cederj, órgão da SECTI, usando a UERJ para emissão de diplomas e a Faculdade de Educação como "barriga de aluguel" para gestação de vagas de professores. Há, também, 10 vagas surgidas por partenogênese, mal justificadas assim: "As outras 10 vagas serão distribuídas para atender aos Municípios de Duque de Caxias, São Gonçalo, Nova Friburgo e Resende, além dos novos cursos previstos no Consórcio Cederj: Administração com ênfase em Agronegócios e Geografia". Como se vê nada que se relacione com o atendimento da urgente demanda de vagas para concurso de professor da Uerj.

A situação é complexa e delicada desde que o Consórcio Centro de Educação a Distância (CEDERJ) não é órgão da UERJ e é para ele que estão carimbadas as vagas, indevidamente atribuídas pelo secretário como

um benefício à UERJ O Cederj manobra interesses de seis universidades públicas no Estado cujos dirigentes não participam do espaço que lhes é destinado no Conselho Superior (reitores) e no Conselho de Estratégias Acadêmicas (pró-reitores de educação).

Há, porém, professores das universidades, indicados por eles, que são remunerados por trabalharem "além do usual" (ver Revista ADVIR set.2001, Entrevista, na página da ASDUERJ).

Este Cederj realiza concurso vestibular para acesso a seus cursos de graduação sem qualquer vínculo com o vestibular da UERJ ou das demais universidades consorciadas. É outra instituição de ensino superior (IES) do Estado, sediada no mesmo município da UERJ, com usufruto das integradas, alterando-lhes, porém, a substância e a destinação e interiorizada em pólos e postos regionais ao invés de *campi*.

O Cederj informa: "O aluno do Cederj é, na realidade, um aluno regularmente matriculado em uma das universidades públicas consorciadas. Este aluno faz o vestibular e todo o curso de graduação sem sair de sua cidade através de um processo de ensino e aprendizagem semipresencial, recebendo o mesmo diploma dos alunos dos cursos presenciais das universidades participantes". Para uma idéia da dimensão desta IES: no início do segundo semestre de 2004 foi realizado o quinto vestibular oferecendo 3600 vagas em apenas 4 carreiras e estará ofertando 8 carreiras em 2005 totalizando 5500 vagas. Eis aí a explicação para as 20 vagas com que foi "premiada" a UERJ, eis aí como é fácil criar cursos de graduação e multiplicar diplomas de licenciados.

Vale a pena esclarecer que na especial data de primeiro de abril de 2002, por ato do governador Anthony, passou a existir a Fundação CECIERJ/Consórcio Cederj criada com a união da autarquia Centro de Ciências do Estado do Rio de Janeiro -CECIERJ, de saudosa memória, com o Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro - Cederj.

É este ente com corpo de fundação, membros de consórcio, cabeça de empresa e alma de oportunista—será um ornitorrinco?— que cria vagas para uso próprio atribuindo-as à UERJ.

O governo Rosinha Reprovada & Anthony Garotinho consegue fazer opção preferencial por tudo que é condenável.

“GOVERNO FEDERAL QUER DESARTICULAR ANDES-SN”

A denúncia foi apresentada pelo professor Roberto Leher no debate sobre Reforma Universitária promovido pela Asduerj e pelo escritório regional do Andes-SN, no dia 13 de outubro. Leher, que é diretor do Sindicato, informou que o governo teria se reunido semanas antes do debate com membros da chapa derrotada na última eleição para a direção da entidade, realizada em maio deste ano. O objetivo do encontro seria articular a construção de um outro sindicato de docentes do ensino superior no país. Segundo ele, a intenção de esvaziar o Andes-SN também foi declarada publicamente pelo representante do Ministério da Educação no Rio de Janeiro, Wiliam Campos, num debate sobre Reforma Universitária em que os dois participaram. O representante do MEC teria afirmado que “o governo está empenhado na destruição do Sindicato Nacional dos Docentes”.

A articulação do governo demove o discurso de que o executivo federal está aberto à discussão da reforma, acredita Leher. “Na verdade, o governo intenciona silenciar as vozes de oposição dos sindicatos e do movimento popular”, afirmou.

O debate sobre a Reforma Universitária iniciou o ciclo **Uerj em Movimento**, com a participação da professora Deise Mancebo, do representante do MEC, Paulo Fábio, além do vice-presidente da Regional Andes-SN, Roberto Leher. A partir dos dados contidos em portais oficiais, como o do Inep e documentos do Ministério da Educação, Leher e Mancebo destrincharam as propostas

do Governo Federal para a Reforma do Ensino Superior brasileiro, tecendo duras críticas.

Numa fala curta, o representante do MEC, professor Paulo Fábio, afirmou que estava presente mais para ouvir do que falar. Defendeu a suposta intensão do MEC de democratizar dos debates, determinação questionada pelos demais debatedores.

Para Deise Mancebo, o eixo das propostas do governo para a universidade está em outro PL que tramita “por fora” da Reforma: a que institui a parceria público-privado. O Programa Universidade para Todos – Prouni –, segundo a docente, seria um exemplo de que o projeto já estaria em curso na área de educação. A proposta é eliminar as barreiras entre instituições públicas e órgãos privados, possibilitando a estes últimos captarem recursos públicos da mesma forma que os primeiros, afirma.

O diretor do Andes, Roberto Leher concluiu sua exposição lembrando que a proposta do governo - “uma contra-reforma, que amplia a esfera privada em detrimento da pública” - não será implementada sem a resistência dos movimentos organizados.

O ciclo de debates Uerj em Movimento continua nos dias 21 e 27 de outubro, com o tema Autonomia e Financiamento da Universidade Pública.

Andes quer uma Avaliação diferente

Sistema de avaliação do governo não apresenta soluções para os problemas do Ensino Superior brasileiro

“De nada vale avaliar, se inexistem recursos para corrigir os problemas identificados; pouco vale constatar que grande parte do setor privado não possui a mínima condição de funcionamento, se a sua expansão não é submetida a rigoroso controle social público e se instituições anômalas, como os Centros Universitários, seguem como um novo padrão para o fornecimento de ensino superior; pouco ou nada pode contribuir a avaliação se o Estado seguir financiando e subsidiando falsas instituições filantrópicas que comercializam a educação; em suma, pouco ou nada importa a avaliação se não há recursos públicos para a expansão das universidades públicas.”

(Documento do GT Políticas Educacionais do Andes-SN sobre o SINAES)

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é parte do projeto mais amplo de transformação das Instituições de Ensino Superior (IES) apresentado pelo atual governo, através do Ministério da Educação, ao longo do ano. Aos poucos, o projeto se configurou como algo que o professor universitário Roberto Leher definiu como uma Contra-Reforma Universitária, ou seja, um conjunto de adaptações das normas institucionais das IES às demandas neoliberais para expansão do capital.

O SINAES foi instituído sem debate prévio no Congresso Nacional através da Medida Provisória, Lei nº 10.861, publicada em Diário Oficial da União no dia 15 de abril de 2004. A aprovação do sistema via MP causou espanto e indignação ao movimento organizado em torno do Fórum de Defesa da Escola Pública (FONDEP), que acumulou um rico debate a respeito do modelo de avaliação institucional mais adequado para garantir melhoria das condições de oferta de ensino superior, sem ferir o princípio da autonomia universitária.

A lei estabeleceu prazo de 60 dias para a instalação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), responsável por definir parâmetros gerais e diretrizes para a operacionalização do sistema. E trinta dias para que as instituições de ensino constituam as Comissões Próprias de Avaliação (CPAs), responsáveis pela auto-avaliação institucional.

Diante do fato consumado, o Movimento dos Docentes avalia o produto final dessa intervenção arbitrária do governo sobre as IES, e se articula para reagir contra as agressões que vêm sendo impostas às universidades públicas sob o codinome de Reforma Universitária e via Medidas Provisórias.

As principais divergências

O site oficial do Andes-SN traz uma análise de seu Grupo de Trabalho de Políticas Educacionais sobre a proposta de avaliação institucional apresentada pela Comissão Especial da Educação Superior (CEA).

A análise do Andes-SN destaca que apesar do SINAES apresentar conceitualmente uma concepção de avaliação

educacional semelhante à defendida pelo Movimento Docente, ou seja, de caráter diagnóstico, formativo, processual, emancipatório e comprometido com a melhoria das condições de oferta da educação superior, sua proposta mantém “a continuidade com as políticas heteronômicas vigentes na última década, que se valem da avaliação para conformar o sistema educacional aos preceitos utilitaristas”. Com isso, as conclusões e, principalmente, os resultados da avaliação se tornam completamente distintos.

Para superar essa dicotomia entre os objetivos e as medidas a serem implementadas pelo governo, o GT de Políticas Educacionais trava um debate a partir de pontos identificados como mais problemáticos no SINAES, sempre inserindo as questões numa discussão mais ampla acerca da universidade. E aponta para algumas demandas: a) necessidade de uma agenda mínima para retomar o debate sobre as estratégias de avaliação da educação superior em melhores bases, com a construção de um calendário de debates consistentes e democráticos, a partir das discussões encaminhadas de forma articulada com as políticas para o ensino superior (inclusive de pós-graduação e de fomento à C&T), b) urgência para uma redefinição radical do CONAES c) rejeição de um Sistema Nacional de Avaliação antidemocrático e descomprometido com as políticas públicas.

Ponto a ponto

1. Pelo documento do SINAES, verbas, salários, insumos materiais, instalações e condições sociais, econômicas e políticas não são considerados na análise de condições de oferta da educação superior.

2. Estão incluídos múltiplos instrumentos e metodologias, tais como: Avaliação Institucional (interna e externa), PAIDEIA, Censo da EDUCAÇÃO SUPERIOR, Cadastro de PERFIL INSTITUCIONAL, Avaliação da CAPES. Com isso, além de desconsiderar os processos avaliativos realizados internamente nas IES, o SINAES:

a) propõe que a auto-avaliação da instituição seja feita por membros da comunidade interna e externa, enquanto a avaliação externa ficaria a cargo de

“especialistas” que visitariam as IES para checar as informações encaminhadas ao MEC.

b) cria a PAIDEIA (Processo de Avaliação Integrada do Desenvolvimento Educacional e da Inovação da Área), uma avaliação dos estudantes a partir de testes individuais (por amostragem) de acordo com quatro campos do saber. Esse ponto traz dois problemas, o primeiro é que a avaliação individual dos estudantes é algo desprovido de sentido, já que estes passam por inúmeras formas de avaliação ao longo da vida universitária. O segundo é a divisão em quatro áreas de conhecimento, marginalizando as universidades que organizam seus cursos a partir de outros critérios. Uma vez que, se as universidades forem obrigadas a redesenharem suas áreas em conformidade com o previsto no SINAES/PAIDEIA, a autonomia universitária será gravemente ferida e a produção acadêmico-científica não poderá se pautar mais pela associação do tripé ensino, pesquisa e extensão.

c) utiliza o modelo de avaliação da CAPES, que segue uma lógica quantitativa e produtivista, que padroniza os cursos e todas as áreas seguindo os critérios aplicados nas áreas exatas e impõe a redução do tempo de duração dos cursos de pós-graduação, desconsiderando a especificidade de cada pesquisa.

3. Não é exposto o que se fará com o resultado deste diagnóstico. E caso o Estado não se comprometa em promover as melhorias necessárias, correremos o risco de apenas reproduzir instrumentos como o “Provão” e “Avaliação das Condições de Oferta”, que se destinam exclusivamente a rotular cursos e instituições e a fazer pressão para que as IES públicas se “virem” e consigam verbas complementares por meio da prestação de serviços pagos, cobranças de taxas escolares, de cursos de pós-graduação lato sensu e “MBA”, ou seja, através de privatização interna.

4. O gabinete presidencial centralizou as decisões acerca do SINAES através da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), constituída por 12 membros, sendo quatro estritamente governamentais e oito nomeados pelo Presidente da República.

“O SINAES CONTINUA CENTRALIZADO”

Uma nova prova para o Ensino Superior brasileiro vai ser aplicada ainda este ano, no dia 7 de novembro. É o Enade, Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, um novo sistema de avaliação implementado pelo governo Lula na tentativa de sanar as duras críticas que o “Provão”, sistema de avaliação do Ministério da Educação durante o governo de Fernando Henrique Cardoso recebia por parte da comunidade acadêmica.

O novo sistema, entretanto, continua recebendo muitas críticas tanto do movimento estudantil quanto do movimento docente. As estaduais paulistas já avisaram que não vão submeter seus estudantes ao novo exame. A Fundação Carlos Chagas, recusou um contrato de R\$ 6 milhões para preparar parte do Enade, alegando que haviam muitos problemas técnicos na proposta.

O boletim asduerj entrou em contato com César Augusto Minto, professor doutor da Faculdade de Educação da USP, vice-presidente da Adusp e integrante do get de Políticas da Educação da entidade. Ele nos respondeu por e-mail algumas questões sobre a polêmica avaliação.

O SINAES trouxe mudanças em relação aos sistemas de avaliações anteriores? Como está a relação entre financiamento para as universidades públicas e a avaliação promovida pelo SINAES?

Entendo que, a rigor, não houve mudanças significativas com a implantação do SINAES, que continua centralizado, refletindo bem o papel destinado para o Estado no contexto da Reforma ocorrida nos anos 90, ou seja, o Estado avalia e regula as ações realizadas na esfera social. Neste sentido, é muito possível, sim, que continuar-se-á a condicionar o financiamento das universidades públicas ao resultado obtidos por meio do SINAES.

Embora a avaliação institucional proposta pelo governo FHC já englobasse outros aspectos além das notas obtidas pelo exame dos alunos, o chamado “Provão” tinha um peso, para o governo e opinião pública, muito maior do que os demais quesitos da avaliação. O senhor acredita que com o SINAES a relação entre o exame dos discentes e as demais avaliações sobre a universidade (estrutura, laboratórios, bibliotecas, produção de trabalhos acadêmicos, extensão etc.) está mais equilibrada? O ranqueamento foi mantido?

O SINAES pretende conduzir um processo de avaliação pretensamente mais completo: avaliação das instituições de ensino superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos estudantes, sendo que o planejamento e a operacionalização das

ações são centralizados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). É difícil prever se, de fato, haverá mudanças significativas na relação entre o exame dos discentes e as demais avaliações, na medida em que, independentemente de concordar-se ou não com as iniciativas anteriores (governo FHC) e as de agora (governo Lula), é inegável que há um conjunto de informações sobre o que aqui estamos chamando de “demais avaliações”, que denotam um amplo abandono das instituições de ensino superior, sobretudo as públicas, e, pelo que me consta, muito pouco foi e tem sido feito para melhorá-las. Veja-se, por exemplo a situação das universidades federais. A continuar dessa forma é bem provável, sim, que também o ranqueamento seja mantido.

Como o novo Sistema de Avaliação Institucional se relaciona com os demais projetos apresentados pelo atual governo para Reforma Universitária? Qual é a relação que existe entre o SINAES e o Prouni, Lei de Inovação Tecnológica e a PPP?

Sem dúvida, estamos diante de várias medidas fragmentadas, mas que se complementam: o SINAES, o Prouni, a PPP, o PL sobre Inovação Tecnológica etc. A impropriamente denominada “Reforma Universitária” precisa ser entendida nesse contexto, o que lhe confere o caráter de contra-reforma. Esse conjunto de medidas tenta apagar as distinções entre as esferas pública e privada, o que é inaceitável. Sugiro especial atenção para a nossa proposta de universidade (Caderno nº 2 do ANDES-S.N., 3ª edição, atualizada e revisada em outubro de 2003), consubstanciada no Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira, que tem sido o nosso referencial de atuação no que se refere à elaboração de políticas públicas, neste caso para a Educação Superior. A propósito, nosso Sindicato Nacional acaba de lançar “A Contra-Reforma da Educação Superior: uma análise do ANDES-S.N. das principais iniciativas do governo de Lula da Silva” (Brasília, agosto de 2004), uma coletânea de textos produzidos pelo GTPE que recupera as posições históricas por nós defendidas e que elucida bem essa questão.

A Folha de S. Paulo publicou no dia 23 uma matéria que anunciava que a USP e Unicamp não participaram do SINAES esse ano. O que levou as universidades a fazerem essa escolha? É possível que essa situação seja invertida em 2005? Como foi o debate interno na universidade para tomar essa decisão?

É provável que a escolha dessas universidades (USP e Unicamp) tenha a ver com um certo descrédito para com a forma de avaliação implantada pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e com a Portaria MEC nº 2.051, de 09 de julho de 2004, que regulamenta os processos de avaliação do SINAES. Entretanto, eu não descartaria a hipótese de que tal “rebelião” se deva, pelo menos em parte, ao caráter conservador que tem vigorado nessas instituições. Digo isto porque, ao que me consta, elas nunca ostentaram postura semelhante quando do “Provão”, por exemplo. Ou seja, independentemente de concordar-se ou não com a proposta em vigor, não é lícito ignorar que ela ignora que vem de uma administração dita “popular e democrática”. Mas cabe lembrar ainda que, no caso da USP, tal recusa foi muito pouco discutida nos órgãos colegiados. E, assim como tal deliberação foi pouco discutida, é plausível que ela seja revista em anos posteriores.

Mobilização da Uerj conquista compromisso de reajuste

Governo promete anunciar contraproposta em outubro. Salários deverão ser reajustados em janeiro de 2005

OS servidores do Estado terão seus salários reajustados em janeiro de 2005. A

informação foi confirmada no dia 6 de outubro pelo Secretário de Administração e Reestruturação do Estado (Sare) Luiz Rogério Ognibeni Vargas. No dia em que professores, servidores e alunos da Uerj realizaram uma manifestação conjunta na escadaria da Assembléia Legislativa, o secretário se reuniu com a Asduerj, o Sintuperj, a Fasubra e a Reitoria para tratar do reajuste salarial dos trabalhadores da universidade. Na reunião, o secretário reconheceu que o reajuste não contemplará integralmente o pleito de nenhuma das categorias em campanha salarial. O montante de 1 bilhão de reais que o governo destinou ao reajuste na proposta orçamentária de 2005 é insuficiente para recuperar a defasagem salarial do funcionalismo do Estado, afirmou.

A promessa de contraproposta do governo é uma conquista dos seis meses de campanha salarial dos trabalhadores da universidade. A mobilização garantiu o compromisso de um tratamento diferenciado à Uerj, que atravessa uma situação delicada, como reconheceu o próprio titular da Sare. Para os presentes, ele afirmou que encaminharia naquele mesmo dia à governadora um relatório da situação da universidade, informando ainda que o índice e a forma de reajuste deverão ser anunciados até o fim do mês de outubro.

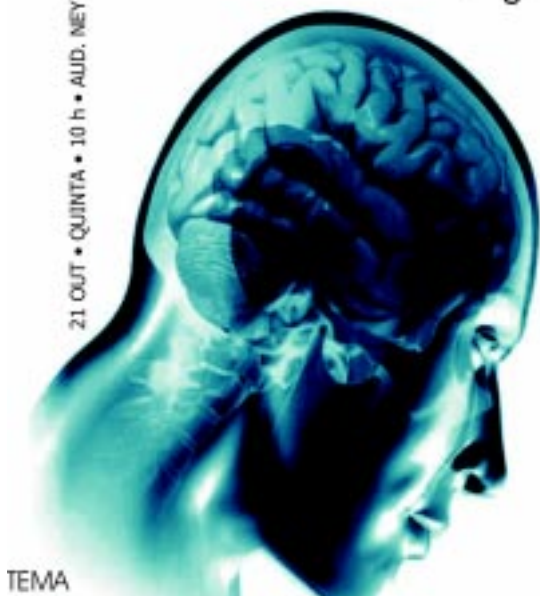
21 OUT • QUINTA • 10 h • AUD. NEY PALMEIRO (HUPE)

Mesa 2:
Financiamento da universidade pública.
"A experiência das estaduais paulistas"

Debatedor: Prof. José Tadeu Jorge
(Vice-Reitor da Unicamp)

PROGRAMAÇÃO

CICLODEBATES UERJEMOVIMENTO



TEMA

FINANCIAMENTO PÚBLICO

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UERJ - ASDUERJ

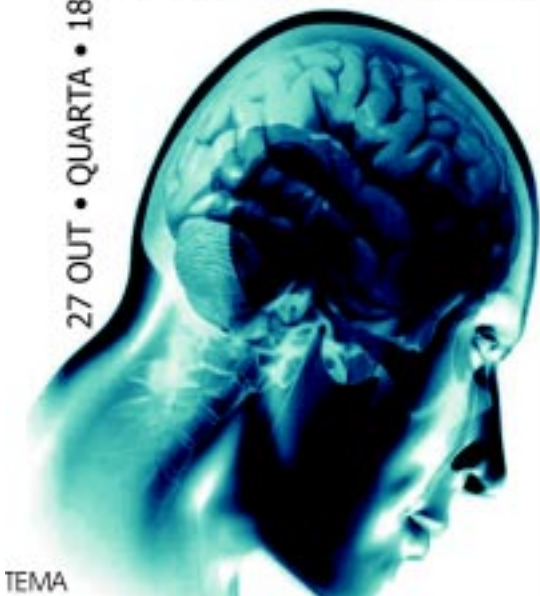
27 OUT • QUARTA • 18 h • AUD. 13

Mesa 2:
Financiamento da universidade pública.
"A experiência das estaduais paulistas"

Debatedor:
Prof. Francisco Miraglia
(Diretor da Associação de Docentes da USP - ADUSP)

PROGRAMAÇÃO

CICLODEBATES UERJEMOVIMENTO



TEMA

FINANCIAMENTO PÚBLICO

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UERJ - ASDUERJ

expediente

DIRETORIA DA ASDUERJ (BIÊNIO 2003/2005)

Presidente: Cláudia Gonçalves de Lima

I Vice-Presidente: Antônio Braga Coscarelli

II Vice-Presidente: César X. B. Santos Lima

I Tesoureiro: Arnaldo José Noronha Filho

II Tesoureira: Maria da Glória Schaper dos Santos

I Secretário: Ronaldo do Livramento Coutinho

II Secretário: Marcos Antônio Campos Souto

EQUIPE TÉCNICA

Jornalista: Sérgio Franklin

Estagiária de Jornalismo: Tadzia de Oliva Maya

Edição Visual: Leila Braille

editor responsável: Antonio Braga Coscarelli

Nise da Silveira:

UMA VIDA DEDICADA À ASSISTÊNCIA, PESQUISA E ENSINO

ADEMIR PACELLI FERREIRA¹

(...) *E eu admiro a clareza e a coragem pela qual você diz o que deve ser dito.* (M-L von Franz²)

AUERJ assistiu recentemente ao I Congresso Brasileiro Nise da Silveira. Pode parecer exagero um congresso portando o nome de uma pessoa, mas tratando-se de quem marcou profundamente o campo psiquiátrico brasileiro e criou uma linha em psiquiatria, não há nenhum exagero. Tive a felicidade de frequentar esta *Escola* antes mesmo de entrar para a faculdade (IP/UERJ). O Setor de Terapêutica Ocupacional e Reabilitação (STOR) do Centro Psiquiátrico Pedro II, hoje Instituto Nise da Silveira, a Casa das Palmeiras e o Grupo C.G. JUNG representavam, na década de setenta, um verdadeiro achado. Cultivava-se aí o verdadeiro espírito universitário onde a pulsão do saber estava dirigida para um compromisso ético com uma práxis. A questão central que movia a investigação era o enigma da psicose e o lugar do psicótico em nossa sociedade³. Por não constatar o reconhecimento universitário deste trabalho, em 1988 propus ao Departamento Cultural (Decult/UERJ) um evento cujo título era: *Nise da Silveira e a Universidade: Um Encontro*. O diretor do Decult e a Reitoria da época decidiram homenageá-la com o título de Doutor Honoris Causa da UERJ. Tanto a sua presença como a homenagem foram muito importante para a UERJ naquele momento.

Não é possível traçar os caminhos do pioneirismo de Nise neste espaço, gostaria apenas de realçar estes passos desde o que considero seu ato fundador, quando, ao retornar ao hospício depois de seu longo afastamento pela ditadura Vargas, ao retirar camas de uma enfermaria e criar ali a primeira oferta de atividade e criatividade para os internos, contrapunha assim o clinicismo que se apegava aos métodos passivos: leito, coma insulínico, cardiazol, ECT e lobotomia, únicos métodos considerados científicos pela psiquiatria da época. Criou-se aí o gérmen para os desdobramentos futuros do STOR e do Museu de Imagens do Inconsciente. Depois de 1952, a psiquiatria comemorou seu maior triunfo como disciplina médica – a era dos neurolépticos. Nise não negou o valor de alívio destes psicotrópicos, mas não se entusiasmou com as promessas de cura e dos milagres aí embutidos. Observou que havia maior afastamento médico-paciente com seu uso, já que os psicotrópicos funcionavam como *camisa de força interna*, diminuindo as demandas e os sintomas dos pacientes. Mas, se a

medicação abreviava o período de internação ao abafar os sintomas, não garantia a manutenção do sujeito fora do hospital, a reincidência das crises era abreviada, aprofundando o processo de psiquiatização. Nise observava que o psicótico era tomado por experiências e vivências profundas de estilhaçamento, perplexidade e estranheza pelos delírios, alucinações e vivências despersonalizantes. Na internação, estes fenômenos eram freados pelos efeitos do medicamento sem que o sujeito pudesse metabolizá-los e resignificá-los. Deixava-se o hospital com o eu esfacelado e sem recursos para mediar sua relação com a realidade e com os outros. Foi a partir daí que Nise criou, em 1956, a Casa das -

Realçamos a importância de suas propostas e métodos terapêuticos e de ensino, mas desde o início Nise esteve sempre envolvida com a pesquisa⁴. Para ela, tanto a relação com o sujeito psicótico quanto a sua produção verbal e não-verbal deveriam ser estudadas exaustivamente. As exposições desta produção em museus, iniciadas em 1949, foram sempre acompanhadas de investigações e tentativas de decifrar seus valores terapêuticos e de ensino sobre o mundo da psicose. Ainda na década de cinquenta, sua pesquisa sobre os efeitos deletérios da lobotomia, através das produções plásticas anteriores e posteriores a tal cirurgia, marcou a psiquiatria. Até o final de sua vida continuou estudando com afinco e profundidade, como poderá ser constatado através de sua produção bibliográfica.

Nise era dotada de uma formação humana profunda. Começou apostando na capacidade criativa dos internos e na reivindicação de que fossem tratados como seres humanos. Ao asilo, que com sua inerente violência segregacionista apaga o direito de existência do sujeito ao negar a sua subjetividade, Nise prova que o louco é humano por demais, e, como todos nós, tem uma subjetividade e o direito de exercitá-la ativa e reflexivamente no espaço social. Em seu enterro, ao depositar o seu caixão na urna funerária vários *vivas a Nise e abaixo o manicômio* foram ouvidos. Uma manifestação justa, pois Nise simboliza a prática antiasilar e anti-segracionista.

¹ Prof. Adjunto do IP/UERJ, Pró-cientista, criador do Espaço de Atividades e Convivência Nise da Silveira da UDA de Psiquiatria HUPE/UERJ e coordenador da Residência de Psicologia do IP/HUPE/UERJ

² Apud. Melo, W., *Nise da Silveira*. Rio de Janeiro, Imago/CFP, 2001

³ In: Quaternio, GE C.G. JUNG no. 8, 2001, p. 59.

⁴ No Quaternio, no. 8 é possível encontrar vários depoimentos e o levantamento de toda a sua obra.